

## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

### A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES PLURAIS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: notas para um debate à luz da interseccionalidade

### THE IMPORTANCE OF PLURAL WOMEN IN THE FORMATION OF BRAZILIAN SOCIETY: notes for a debate in light of intersectionality

**Estelyta Hanna Guedes Rodrigues Moraes<sup>1</sup>**  
**Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira<sup>2</sup>**

#### RESUMO

Este trabalho objetiva compreender a importância das mulheres no processo de formação da sociedade brasileira. A metodologia empregada consistiu no uso da pesquisa bibliográfica e documental. O estudo demonstra a necessidade de analisar o tema numa perspectiva de totalidade e a partir da abordagem interseccional, como modo de apreender as estruturas e os sistemas de opressão que historicamente atravessam a vida (e a morte) das mulheres no Brasil. Para isso, utiliza-se o conceito mulheres no plural, como forma de afastar a visão eurocêntrica que, durante muito tempo, permeou o pensamento coletivo. Os resultados apontam que elas nunca tiveram ausentes do processo histórico, mesmo que a Historiografia “oficial” as tenha esquecido. O estudo pretende contribuir para a produção de um saber feminista comprometido em promover a visibilidade das mulheres brasileiras na História, tendo como base as dimensões de raça, gênero e classe social.

**Palavras-chave:** Mulheres; Interseccionalidade; História; Brasil.

#### ABSTRACT

This article aims to understand the importance of women in the process of forming Brazilian society. To this end, we chose to use the qualitative method, with a bibliographic and documentary data collection procedure. The study demonstrates the need to analyze the topic from a total perspective and from an intersectional approach, as a way of understanding the structures and systems of oppression that historically

<sup>1</sup> Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação da UFPI - Universidade Federal do Piauí. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: estelytahannag@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Livre-Docente pela Universidade Estadual Paulista (2010). Email: cirleneoliveira@terra.com.br

permeate the lives (and deaths) of women in Brazil. To this end, the concept women in the plural is used, as a way of moving away from the Eurocentric vision that, for a long time, permeated collective thought. The results indicate that they were never absent from the historical process, even if “official” Historiography has forgotten them. The article aims to contribute to the production of feminist knowledge committed to promoting the visibility of Brazilian women in History, based on the dimensions of race, gender and social class.

**Keywords:** Women; Intersectionality; History; Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

Para desvelar a história das mulheres brasileiras e sua importância no processo de formação da sociedade, é necessário apreender as estruturas e os sistemas de opressão – capitalismo, racismo, patriarcado – que historicamente atravessam a vida (e a morte) das mulheres no Brasil. Do mesmo modo, importa considerá-las no plural, como forma de afastar a visão eurocêntrica da mulher como uma categoria universal que, durante muito tempo, permeou o pensamento coletivo. Esse modelo universal, baseado na mulher branca de classe média e alta excluiu, por um longo período, as vozes e as demandas de um grupo diversificado de mulheres, como as negras, quilombolas, indígenas, lésbicas, trans e com deficiência.

Ao analisar o processo de formação da sociedade brasileira, é possível verificar a ausência feminina nos registros históricos, isto porque suas vivências eram consideradas insignificantes pelos historiadores. Ademais, as mulheres eram restritas ao espaço privado, sendo proibidas de ocupar os espaços públicos, reservado aos homens brancos de classe média e alta. Nesses termos, conforme Lerner (2019), o registro gravado e interpretado do passado humano é apenas parcial uma vez que omite e distorce a história de parte da humanidade.

É fato que uma grande parcela dos homens também teve sua história apagada, como negros, indígenas e operários, no entanto, apesar de eles sofrerem discriminações por razões da sua classe e raça/etnia, nenhum homem foi excluído dos acontecimentos históricos por causa de seu gênero. Esse processo de dar significado e significância à História, de acordo com Lerner (2019), é essencial para criação e perpetuação da civilização, todavia, o que se observa é que a marginalização das mulheres, sobretudo as que estão fora do padrão eurocêntrico, as colocam em uma posição ímpar e segregada. “As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria” (Lerner, 2019, p. 25).

Nesses termos, o apagamento feminino da História torna-se ainda mais grave quando associado às mulheres negras e indígenas, que também fazem parte do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Apesar de todas as mulheres estarem à mercê de sofrer discriminação decorrente do gênero, existem grupos que sofrem esse e outros tipos de discriminações, simultaneamente. Nesse sentido, não há como compreender a importância das mulheres brasileiras na formação social do Brasil, sem antes ter a noção de que o tratamento concedido a elas ao longo da história, foi diferenciado em razão da sua raça e classe social.

É nessa ótica, que a interseccionalidade é chamada para subsidiar a discussão, pois as relações de poder envolvendo gênero, classe, raça/etnia, entre outras, não se manifestam de maneira excludente, mas sim de forma sobreposta. Para Akotirene (2019), a interseccionalidade define o posicionamento do feminismo negro frente às opressões da sociedade cisheteropatriarcal branca e de base europeia, buscando desfazer a ideia de um feminismo hegemônico com voz única. Nesses termos, trata-se de um conceito que visa dar “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis heteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p.14), produtores de avenidas identitárias em que as mulheres, sobretudo as negras, são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Nesse sentido, o gênero, classe social e a raça/etnia são sistemas de opressão que sobrepostos, se influenciam mutuamente, no qual um se alimenta do outro para manter as bases de hierarquia. Saffioti (1987), em seu livro “Poder do Macho”, aponta que a hierarquização ocorre quando o homem branco, cis e rico vem em primeiro lugar na pirâmide social, depois dele a mulher branca (rica ou pobre), depois o homem não branco e por último a mulher não branca (rica ou pobre).

Considerando esses elementos, cabe pontuar que a análise da importância feminina ao longo da história, deve ser compreendida a partir da elaboração de novos paradigmas capazes de promover a ruptura com as estruturas de desigualdades e opressão. Importa sinalizar ainda, que a ideologização de uma racionalidade dominante, que inclusive, justifica e naturaliza as opressões, conforme Madeira e Gomes (2018), tem suas bases estruturais em um projeto de colonialidade, que historicamente tem proporcionado a “afirmação de verdades eurocêntricas engendradas na construção de um projeto de modernidade imposto para todas as sociedades exploradas” (Silveira et al., 2021, p. 4).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo compreender a importância das mulheres no processo de formação da sociedade brasileira e apresenta a seguinte questão norteadora: Como o capitalismo, racismo e o patriarcado contribuíram para a marginalização das mulheres no processo de formação da sociedade brasileira? A hipótese é que esses eixos de opressão historicamente operam em conjunto na realidade brasileira de modo a excluir do poder, corpos que não atendem a determinados requisitos (masculinidade, branquitude e recursos monetários), deixando-os à mercê de múltiplas violências e discriminações, tanto por parte da sociedade quanto por parte do Estado. Nessa perspectiva, compreender os papéis femininos na formação do Brasil, significa apreender a dinâmica das relações sociais vivenciadas de diferentes maneiras pelas mulheres brasileiras.

Para responder ao objetivo principal e à questão norteadora, o trabalho utiliza como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, com a coleta de dados do tipo bibliográfico e documental.

Ao que concerne à estrutura expositiva, o presente estudo encontra-se organizado em dois tópicos, além desta introdução. O primeiro faz uma análise sobre a importância feminina no processo de construção da sociedade brasileira, trazendo conceitos como gênero, patriarcado, interseccionalidade, colonialidade, raça, racismo, fundamentais para compreensão desse processo; e no segundo têm-se as considerações finais.

## **2 AS MULHERES PLURAIS COMO AGENTES DA HISTÓRIA: entre lutas, conquistas e resistências**

O presente tópico aborda alguns conceitos como gênero, patriarcado, interseccionalidade, colonialidade, raça, racismo e branquitude, fundamentais para compreender o processo histórico de construção das mulheres na sociedade brasileira. A partir desse estudo, busca-se introduzir os(as) leitores(as), no pensamento decolonial, como forma de afastar a visão hegemônica e eurocêntrica, que durante muito tempo, atravessou a sociedade. Para Mignolo (2007), esse pensamento se institui numa das mais variadas oposições ao pensamento único, pois se desprende da lógica de um único mundo possível (lógica da modernidade capitalista) e se abre para uma pluralidade de vozes e caminhos.

De antemão, compete destacar o pensamento de Clóvis Moura (2014, p.5), ao afirmar que a História do Brasil, “apresenta barragens culturais ou políticas que a pressionam e dificultam sua legitimidade”. Nesses termos, há um grande abismo entre a verdade histórica

que cabe aos historiadores registrarem e o que era, de fato, registrado. Em verdade, as necessidades e as exigências das classes dominantes eram atendidas por esses historiadores, que escamoteavam os feitos e as vivências de determinados grupos sociais marginalizados, como é o caso das mulheres, pessoas escravizadas e indígenas.

A história das mulheres brasileiras passa a ser objeto de investigação nas pesquisas acadêmicas somente a partir da segunda metade do século XX. Heleith Saffioti, na década de 1960, desponta como uma das autoras pioneiras ao analisar o trabalho feminino na sociedade capitalista em seu livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, elaborado em 1967 e publicado em 1969, tornando-se um clássico nos estudos de gênero. Nessa obra, a autora aponta que o capitalismo coloca fortes obstáculos à realização plena das mulheres. As desvantagens sociais permitem à sociedade capitalista, arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através da intensificação do trabalho, extensão da jornada de trabalho e do pagamento de salários menores que os dos homens. Pode-se ainda, destacar o trabalho improdutivo, também desempenhado pelas mulheres dentro do ambiente doméstico.

Na década de 1980, o conceito de gênero passa a ser amplamente utilizado para caracterizar as relações entre homens e mulheres, partindo do pressuposto de que a formulação de uma história das mulheres necessita, obrigatoriamente, de estudos a respeito da correlação entre os dois gêneros. Para Saffioti e Almeida (1995), o gênero é uma construção social que determina os papéis desempenhados por duas categorias fundamentais: o masculino e o feminino. Carloto (2001) sinaliza que em todas as sociedades conhecidas, a produção social da existência implica na intervenção conjunta dos dois gêneros, em que cada um, designa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência. Nessa perspectiva, a construção dos gêneros ocorre através da dinâmica das relações sociais.

A categoria gênero e as relações de poder estão diretamente associadas ao patriarcado, um sistema de estruturas e práticas sociais históricas em que os homens dominam, exploram, controlam e oprimem as mulheres. Saffioti (2015) o compreende como um sistema simbólico e ideológico que perpassa o meio social, inserindo sutilmente na consciência dos indivíduos, a ideia da inferioridade feminina que, até hoje, influencia as relações sociais de gênero e fundamenta as relações hierárquicas e desiguais entre os sexos. Nesse aspecto, para a autora, o patriarcado consiste no sistema de dominação-exploração ou exploração-dominação das mulheres pelos homens, isto porque não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Não existe um processo de dominação separado do outro de exploração,

por este motivo, é utilizado a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação, pois não existem dois processos, mas duas faces de um mesmo processo.

A interseccionalidade, conceito propagado pelas feministas negras a partir dos anos 1980, é uma importante ferramenta teórico-metodológica utilizada para analisar os processos de interação entre as relações de poder e categorias – classe, gênero, raça etc. – em contextos individuais, coletivos e institucionais. Antes da vigência deste conceito, autoras brasileiras como Lélia Gonzalez (1984), Carolina Maria de Jesus (1960) e Maria Beatriz Nascimento (2015) já denunciavam a ausência das mulheres negras nas agendas políticas do movimento de mulheres e do movimento negro, além de evidenciar que elas estão sempre em situação de desvantagem quando comparadas às mulheres brancas e aos homens brancos e negros. Nesse sentido, o apagamento feminino da história torna-se ainda mais grave quando associado às mulheres negras e indígenas, que também fazem parte do processo histórico de formação da sociedade brasileira.

Saffioti (2013) analisa os diferentes lugares ocupados pelas mulheres na ordem escravocrata-senhorial. As mulheres brancas pertencentes às classes dominantes, eram socializadas para desempenhar os papéis de dona-de-casa e mãe de família legalmente constituída. Deviam ser conservadas virgens até o casamento. Inclusive, a castidade da maioria das mulheres da camada senhorial era preservada em razão da prostituição e do estupro de outras mulheres. Elas casavam-se cedo, passando do poder do pai para o poder do marido. O que era universal na sociedade escravocrata brasileira, era a aceitação, por parte do elemento feminino, da completa supremacia do homem sobre a mulher na família e na sociedade em geral. Todo o processo de socialização da mulher branca encaminhava para essa submissão.

Para as mulheres negras, a ordem escravocrata-senhorial apresenta outra perspectiva, conforme Saffioti (2013), cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, ao mesmo tempo, a linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas. Em outras palavras, a exigência da prestação de serviços sexuais, que o senhor fazia em relação à negra escrava, tornava-a, simultaneamente *res* e pessoa humana. Ou seja, era considerada uma “coisa” pois seu corpo era um instrumento de trabalho e, ao mesmo tempo, era uma pessoa visto que a reprodução faz parte da natureza humana.

Deste modo, o corpo da mulher negra era um instrumento de trabalho explorado economicamente pelo senhor, seja através do seu uso pessoal, seja por meio do aluguel de seu

corpo para outro homem branco, seja como forma de reprodução para criar mais força de trabalho escravo. Gilberto Freyre (2001), em *Casa Grande e Senzala*, destaca que eram as escravas que iniciavam o jovem, filho do senhor, na vida sexual. Nem mesmo as crianças escravizadas escapavam desse processo, pois as senhoras da elite adornavam-nas e alugavam seus corpos para serem explorados sexualmente. As escravas, ao engravidar, tinham por um lado o aborto espontâneo devido à exaustão e as péssimas condições e, por outro, elas mesmas praticavam o aborto ou o infanticídio na esperança de livrar seus filhos da condição em que viviam. Essas atitudes eram consideradas brutais, monstruosas ou típicas da sua etnia africana.

Na ordem escravocrata senhorial, segundo Saffioti (2013), a raça era o símbolo da condição econômica dos indivíduos. Com isso, a maneira meramente formal através da qual a camada dominante resguardava seu domínio, era impedindo casamentos inter-raciais, mas não a miscigenação, o que deixava transparecer que o econômico, e não o racial era o verdadeiro fundamento da divisão da população em castas. Essa é uma questão importante, pois é a partir do abuso e exploração sexual das mulheres negras e indígenas que o processo de miscigenação ocorre, assim, para Munanga (2019), ele tem um caráter altamente opressor e patriarcal, consistindo numa das peças ideológicas fundamentais para a sustentação do mito da democracia racial no país.

O conceito de Colonialidade do Poder de Aníbal Quijano (2009) revela a constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente idealizada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. A partir de então, o domínio do colonizador sobre os colonizados foi estabelecido, permanecendo vigente mesmo após a descolonização. Nessa perspectiva, conforme Lugones (2014), a noção Colonialidade do Poder diz respeito a:

Classificação das populações do mundo em termos de raças – a racialização das relações entre colonizadores e colonizados/as, a um novo sistema de controle da autoridade coletiva em torno da hegemonia do Estado-nação que exclui as populações racializadas como inferiores do controle da autoridade coletiva (LUGONES, 2014, p.939).

A autora destaca que a ideia de raça pode ter ocorrido em razão das diferenças fenotípicas, mas seu principal papel consiste em promover a superioridade de um povo em relação a outro e legitimar a subordinação do povo considerado inferior. O conceito de raça é,

portanto, o pressuposto que legitima todas as formas de dominação pela colonialidade sobre os povos colonizados.

A partir dessa concepção, Frantz Fanon na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), ao investigar a naturalização da inferioridade criada pelo conceito raça, destaca que os colonizados querem se assemelhar ao branco europeu, nos modos de ser, de pensar, de agir e se relacionar na busca do embranquecimento. Assim, a pessoa negra em razão da tamanha opressão que sofre e como meio de se inserir na sociedade, acaba por negar as características de si próprios e supervalorizar o branco e tudo que é característico dele, em um processo de sobrevivência. Para o autor, há uma reciprocidade no sentido de que um se acha superior e o outro inferior, e ambos reforçam essa concepção de si e do outro. Com isso, fica perceptível os danos causados pela colonização ao criar a ideia das diferenças de raças, favorecendo uma em relação a outra.

Nessa perspectiva, Almeida (2019) é chamado para a discussão ao entender o racismo como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se reproduz por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Para o autor, ele é um fenômeno estrutural, pois constitui a estrutura da sociedade, o que inclui as relações sociais, políticas, culturais e econômicas. Por ser também estruturante das relações sociais, esse sistema, em conjunto com o patriarcado e o capitalismo, influencia historicamente a dinâmica da formação social, através do reforço e manutenção dos diversos tipos de opressão, em prol da perpetuação dos privilégios da branquitude patriarcal.

A branquitude é, desse modo, uma posição confortável de poder, de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo. Embora os estudos críticos sobre raça e branquitude sejam historicamente propostos para analisar a vantagem estrutural das pessoas brancas em relação às negras, é necessário também pensar a branquitude enquanto um lugar de privilégio para brancos também em relação aos indígenas. Estas interseções de categorias de opressão no tocante às indígenas se estabelecem de formas específicas e ainda se dá pouca atenção para o tema no âmbito acadêmico. Nesse sentido, os movimentos políticos de mulheres indígenas, assim como o movimento de mulheres negras, têm exigido estudos mais aprofundados em torno das noções de colonialidade, raça e branquitude enquanto categorias que se correlacionam.

Collins (2016) aponta que os estereótipos construídos ao longo da história têm influência na construção das identidades que vulnerabilizam as mulheres negras, ao autorizarem violações contra elas. É o que a autora denomina de imagens de controle, ideias que são aplicadas às mulheres negras e que permitem que outras pessoas as tratem de determinada maneira. Nesse aspecto, a autora compreende quatro estereótipos racistas: o da mãe preta, que é a matriarca ou subserviente; o da negra de sexualidade aflorada que provoca a atenção do homem; o da mulher dependente dos programas sociais; e o da negra raivosa, produtora da violência, não a receptora. Essas ideias vão, inclusive, de encontro aos mitos que normalmente foram construídos em torno da imagem da mulher branca, como o da fragilidade feminina, da exigência de castidade, da divisão sexual do trabalho em que o homem é o provedor e a mulher é a cuidadora.

Carneiro (2003) assinala que as mulheres negras fazem parte de um contingente, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas o mito da fragilidade feminina, isto porque nunca foram tratadas como frágeis. Elas fazem parte de um grupo de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, amas de leite, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Desse modo, para Munanga (2019), as mulheres negras brasileiras foram escravizadas e continuam atuando, majoritariamente, como empregadas domésticas, diaristas, babás, uma espécie de “ordem natural das coisas”. Antes elas eram submetidas às condições de trabalho que serviam para manter as mulheres brancas longe das obrigações domésticas e maternais, agora na contemporaneidade, pouco mudou.

Em conformidade com Collins (2016), ocultar o conhecimento produzido por qualquer grupo oprimido torna mais fácil para os grupos dominantes governarem, pois, a aparente ausência de dissidência insinua que os grupos subordinados cooperam voluntariamente em sua própria vitimização. Para Mbembe (2018), a colonização atua na subjugação e no apagamento da cultura do colonizado, fazendo com que eles mudem seu modo de viver para se adequar ao padrão do colonizador. Assim, manter a invisibilidade das mulheres, sobretudo negras e indígenas, do processo histórico, têm sido fundamental para a perpetuação das desigualdades sociais e manutenção do *status quo* do sistema patriarcal capitalista.

Conforme Carneiro (2003), o atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política, as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero,

promove as bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas ao conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.

Com isso, o reconhecimento das demandas trazidas pelas mulheres negras dentro do movimento feminista, promoveu um quadro de atualizações nas estratégias utilizadas pelos governos para combater os problemas sociais. Como a utilização da questão racial, articulada com outros eixos de opressão, na elaboração das políticas voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres; a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde e a proibição da utilização de requisitos racistas na seleção do mercado de trabalho. É fato que, quando se observa a prevalência das mulheres negras nas estatísticas brasileiras, é possível notar que esses mecanismos, por si só, não estão sendo suficientes para coibir as práticas discriminatórias contra as mulheres no país, mas já é um importante avanço.

A execução de políticas públicas para mulheres deve ser prioridade do governo brasileiro, através de um trabalho articulado que promova a adoção de protocolos e ações que garantam a transversalidade de gênero, com a desconstrução das estruturas do patriarcado, racismo, classismo. É na educação que podem surgir iniciativas capazes de transformar a realidade atual, pois é no ensino básico que estão os pontos de partida para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### 3 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou realizar uma análise da importância das mulheres no processo histórico de formação da sociedade brasileira. Para tanto, partiu do pressuposto de que o patriarcado, o racismo e o capitalismo, em conjunto, contribuem para a perpetuação das discriminações, potencialização das desigualdades sociais e para manutenção do *status quo*, que garantem vários tipos de privilégios a determinados grupos sociais, como homens, brancos e heterossexuais. Entender a dinâmica por trás desse sistema capitalista patriarcal, é importante para apreender os motivos pelos quais a estrutura da sociedade brasileira permanece intacta, mesmo com tantos avanços no campo formal. A verdade, ao que parece, é

que não interessa para os grupos dominantes, alterar uma estrutura social que sempre os favoreceu, mesmo que isso custe a vulnerabilização e discriminação dos grupos dominados.

Através da análise de conceitos como gênero, colonialidade, interseccionalidade, raça e racismo, foi possível perceber que as diferentes posições sociais ocupadas pelas mulheres ao longo da história do Brasil, sobretudo das brancas e negras, colocaram-nas em condições de vida totalmente diferente. As mulheres brancas deviam ser conservadas virgens para o casamento, serem obedientes, sensíveis e frágeis, já as mulheres negras nunca tiveram o “privilegio” de serem castas, pois sua sexualidade era objeto de desejo pelos homens, sendo exploradas desde pequenas. Também nunca puderam ser frágeis, pois o trabalho sempre fez parte do seu cotidiano, seja durante ou após a escravatura. Como ser obedientes e passivas dentro de um sistema que cotidianamente as oprime e as obriga a lutar pelo direito de existir? Nem mesmo a maternidade era respeitada, as mulheres negras escravizadas viam seus filhos serem vendidos como mercadoria, e hoje, elas temem que eles sejam vítimas de necropolíticas, que confessional ou militarmente, matam e deixam morrer as pessoas negras periféricas, contrariando, inclusive, o discurso conservador cristão de valorização da vida e contra o aborto.

Apesar do Brasil ter tido alguns avanços com a inserção e visibilidade das categorias raça, gênero e classe, na elaboração de políticas públicas, nota-se que eles não estão sendo suficientes para coibir as práticas discriminatórias e opressoras contra as mulheres, sobretudo, as negras no país. Isso é possível de observar quando se verifica os índices estatísticos. Enquanto a população brasileira continuar colocando nos mais altos cargos políticos, homens, brancos, heterossexuais e ricos, que não têm interesse em trabalhar as pautas sociais e alterar a lógica patriarcal racista, as estruturas vão permanecer intactas. É necessário colocar nessas posições de dominância, mais pessoas comprometidas em lutar pela promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Mas, para isso acontecer, é importante trabalhar na conscientização das pessoas através da apresentação de conceitos como racismo, patriarcado, classismo, violência, entre outros... É na educação, sobretudo no ensino básico, que está a chave para a verdadeira transformação social.

Existir como mulher é resistir a história que coloniza seus corpos e seus saberes. É romper com o silêncio e lutar contra a marginalização que serve de entrave à própria possibilidade existencial. É conquistar a independência de existir política, social e legalmente na sociedade, buscando o respeito pelas suas pluralidades. Portanto, é fundamental desvelar o

que está oculto para a história e para a sociedade, buscando ouvir as vozes das mulheres que a colonização invisibilizou, e que mesmo após seu fim, continua tentando silenciar.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Estadual de Londrina**, 2001. Disponível [https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n2\\_genero.htm](https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm) Acesso em: 22 de fev. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano. 2003. Cap. 7. p. 49-58.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado [online]**, v. 31, n.1, pp. 99-127, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil Contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: 2018.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. **Todas (as) distâncias: Poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. Org. de Alex Ratts e Bethania Gomes. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 1960.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas [online]**. v. 3, 2014, pp. 935-952.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul. 2009

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth.. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth.. O poder do macho. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica. 1987.

SAFFIOTI, Heleieth.; ALMEIDA, Suely. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SILVEIRA, Jucimere et al., Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p.1-19, 2021.